

A EXPERIÊNCIA DO ABORTO ENTRE MULHERES CATÓLICAS*

Lúcia Ribeiro

A posição da Igreja Católica em relação ao aborto é freqüentemente vista como um bloco monolítico, sintetizado na "defesa da Vida". Entretanto, a mera enunciação de um princípio universal não dá conta da pluralidade de circunstâncias que configuram a vida concreta de católicos e católicas: é a este nível — por definição complexo e freqüentemente contraditório — que os princípios adquirem carne e consistência ao iluminar as opções concretas que expressam a liberdade — e a responsabilidade — de cada um(a).

Ao se falar do aborto, este nível vem sendo negado, como se fosse possível subsumí-lo sob o princípio geral; o véu do silêncio e de clandestinidade que se estabeleceu impede que se conheça uma realidade que, entretanto, tem uma existência própria. "Eppur si muove..."

Romper este véu é indispensável, se queremos compreender a Igreja como um corpo vivo, composto de pessoas concretas, que se inserem em um contexto histórico — portanto mutável — e que enfrentam cotidianamente o desafio de viver os problemas de seu tempo à luz da Fé.

É na perspectiva de conhecer esta prática que se apresenta, a seguir, a experiência de algumas mulheres de Comunidades Eclesiais de Base da Baixada Fluminense.

A apresentação desta experiência é o resultado de pesquisa recentemente realizada. Embora o objetivo da análise fosse bem mais am-

* Trata-se da pesquisa sobre "Sexualidade e reprodução: a vivência de mulheres das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica", realizada pela autora, no âmbito do projeto PRODIR da Fundação Carlos Chagas, com financiamento da Fundação MacArthur, junto a mulheres da Diocese de Nova Iguaçu - RJ. 1991/1992.

plo, incluindo toda a temática do comportamento reprodutivo, a questão do aborto surgiu como um de seus elementos. Tema complexo e extremamente delicado, mereceria um aprofundamento maior; mas, embora limitados, os achados da pesquisa abrem pistas interessantes, que podem alimentar a reflexão.

Ao referir-se a esta questão, as mulheres entrevistadas explicitaram, inicialmente, uma posição que não encerra nenhuma novidade: a nível de princípios se declaram contrárias ao aborto e algumas chegam mesmo a ser taxativas: *Eu sou supercontra. Em qualquer caso. — Em hipótese nenhuma seria certo, porque iria de encontro ao que eu penso, como católica.*

Subjacente a esta posição, nota-se o respeito pela Vida, desde a sua origem — *um dia já é uma vida* — e a recusa de eliminá-la: as mulheres parecem reconhecer aqui um valor sagrado.

Mas não é apenas a motivação religiosa que está presente; na atual realidade brasileira, a questão do aborto remete a um valor ético que ultrapassa os limites da instituição eclesial para inscrever-se no espaço mais amplo da própria cultura. (É verdade que, por sua vez, esta se inclui na tradição ocidental, profundamente influenciada pelo pensamento judaico-cristão, como o que se volta à origem...) Esta reiteração faz com que se possa observar, entre as mulheres entrevistadas, um sentimento muito arraigado, que assim se expressa: *é uma convicção própria que eu adquiri, não é ninguém que está me impondo, não é a Igreja, não é o Papa, não é o padre, é a minha consciência que aprendeu a não aceitar.* Aqui, pareceria estar implícito, na formação da própria consciência, um rechaço cultural e ético mais amplo, que vai além — e que reforça — as convicções religiosas.

Por outro lado, as mulheres entrevistadas percebem também uma diferença fundamental, quando comparam a contracepção ao aborto. Enquanto a primeira apenas impede que o processo reprodutivo se dê, o segundo significa ruptura: esta diferença acarreta conseqüências também no plano ético, levando a assumir posturas distintas: *com o método anticoncepcional, eu estou evitando ter filhos, mas eu não estou interrompendo nada. Então, evitar que aconteça eu não acho errado. Acho que a gente tem que evitar porque a gente não vai ficar a vida inteira tendo filho, tendo filho. Agora, abortar é a gente interromper um processo de vida mesmo, que já está iniciado.*

Entretanto, se a posição das entrevistadas, a nível dos princípios, se define como contrária ao aborto, quando as mesmas são confrontadas aos casos concretos, com os quais convivem na realidade cotidiana, sua sensibilidade e sua capacidade de compreensão as levam a ter uma reação mais matizada e até de certa maneira contraditória com a posição principalista. Partilhando a mesma condição feminina,

muitas católicas já experimentaram na carne a angústia que representa uma gravidez indesejada; sabem também que para qualquer mulher, a decisão de abortar é tremendamente difícil, representando uma violência; têm conhecimento, além disso, das circunstâncias precárias em que o aborto é geralmente realizado, no seu meio, o que o torna duplamente complicado.

Com efeito, no caso de setores populares, a situação de ilegalidade e de clandestinidade torna a atenção médica qualificada, economicamente inacessível; as mulheres mais pobres se vêem forçadas, portanto, a utilizar métodos os mais invasivos, com sérios riscos para sua saúde. Uma das entrevistadas relata o seguinte: *há pouco tempo, pegaram uma mulher que fazia aborto nas garotinhas; diluía não sei o que lá com água sanitária, e enfiava uma bucha com isso, dentro (da vagina), colocava um tampão e mandava (a moça) para casa; e aí ela marcava no relógio e dizia: "a tal hora você tira o tampão, que vai descer a tua menstruação". Agora você vê o risco que essa pessoa corre, de perder um útero, (ou de) perder a vida...*

Em face desta realidade tão difícil e sofrida, vivida por outras mulheres, a atitude das entrevistadas, longe de ser condenatória é, em geral de compaixão e de compreensão. Uma delas afirma: *Sou contra o aborto, mas posso até entender, dependendo do caso da pessoa. Cada caso é um caso. Referindo-se a um caso concreto, outra declara: É super difícil julgar; cada uma tem seu motivo, cada uma, na hora do desespero, pensa numa coisa. Eu sou super contra o aborto, mas eu soube entender o lado dela (da mulher).*

Evidentemente, não se trata de uma questão fácil. Para entender que alguém chegue a tomar esta decisão, as entrevistadas percebem que é preciso *ter o direito de se desculpar*, ou seja ter razões suficientemente graves; em caso contrário, isso é inaceitável: *a pessoa ter condição financeira, a pessoa ter acesso à informação, a pessoa não querer ter filho por vaidade — porque muitas vezes é vaidade — aí é uma coisa que você não está sendo forçada, está fazendo por livre e espontânea vontade, que nada vai te impedir isto, entendeu, só a sua vontade, mais nada ... Aí eu acho ruim.*

Isso nos leva a uma primeira observação: pareceria que a "decisão" do aborto só pode ser compreendida quando se trata do âmbito da necessidade, que força a optar por uma alternativa imposta pelas circunstâncias, frente às quais não se encontra outra saída; colocada nesta posição, a mulher seria mais "objeto" que "sujeito" de seus próprios atos. E talvez seja por esta razão, que, nestes casos, as entrevistadas são profundamente solidárias com o sofrimento que isto implica, na divisão entre querer ter o filho e não ter condições de criá-lo.

Entre as circunstâncias que poderiam "forçar" uma mulher a abortar as entrevistadas distinguem, em primeiro lugar o condicionamento econômico. Limitadas permanentemente pela precariedade de suas

condições de vida, não é difícil, para as mulheres das CEBs, entender que esta pode representar, em certos casos, uma pressão intolerável.

Os depoimentos de algumas delas, a este respeito, são claros: *A Igreja é contra o aborto, mas eu acho que Deus sabendo o problema de cada um ... Você colocar o filho no mundo e deixar o filho passar fome, morrer ao relento, será que Deus aprova isso? Aí fica a pergunta no ar...*

Essa é uma questão muito difícil, só pra quem tá vivendo, mesmo ... E realmente a gente pensa: mais uma pessoa, o marido desempregado, né, mora em favela, tem cinco filhos, de repente vem mais um, eu acho que ... Não é pra gente recriminar essa pessoa porque decidiu fazer um aborto.

Algumas, inclusive, descobrem esta dimensão inserida em um contexto mais global: *é uma bola de neve, mesmo, né? É a questão financeira, é a situação mesma que se está vivendo no país em relação a essa miséria que está aí, é a falta de informação, é tudo. É o machismo, é aquela coisa que joga mesmo pra cima da mulher a responsabilidade todinha: "você que sabe, você que resolve", esse tipo de coisa. E aí a pessoa, na hora... porque ninguém faz isso porque quer, ninguém faria isso com o coração tranqüilo.*

Aqui está presente também um outro aspecto: a frequente omissão do homem — que joga sobre a mulher todo o peso da responsabilidade — ou, mais grave ainda, a pressão que exerce sobre a mulher, de forma ao mesmo tempo inapelável e irresistível, já que, na maioria dos casos esta não tem condições nem materiais nem emocionais de assumir sozinha o encargo que representaria ter (mais) um filho.

Mas talvez o aspecto que mais tocou as entrevistadas é o caso do estupro: diante de uma situação assim, as mulheres ficam muito divididas: *porque é uma vida que não se deixa vir ao mundo, que não tem culpa do que aconteceu. Mas a mãe poderia ter um filho de uma pessoa que não amou, que não quis, que foi o caso de uma violência? Não sei nem o que pensar. Porque tem esses dois lados, né? O direito é de quem? da criança que vem ao mundo ou da mãe que não aceita, se ela não fez nada pra provocar aquilo? Aqui aparece claramente o conflito de direitos, levando a questionamentos e percebendo a dificuldade de optar, nestes casos.*

Um outro aspecto é o da gravidez adolescente, que involucra a questão da virgindade. Esta ainda constitui um valor, em certos meios, sobretudo para as gerações mais velhas. Reconhece-se, entretanto, que nos tempos atuais, nem sempre se consegue preservá-la e então as entrevistadas a reformulam pragmaticamente: *não tendo filho, é moça.* Entretanto, constatam que, quando acontece a gravidez — que seria "a prova do crime" — muitas mulheres preferem recorrer ao aborto que *passar vergonha frente à sociedade.* Neste caso, entretanto, a posição das entrevistadas parece ser bem mais ambígua: por um lado, entendem

a dificuldade para uma adolescente de assumir a maternidade; mas por outro, crêem que optar pelo aborto apenas para tentar “salvar as aparências” não se justificaria: uma delas chegou a falar em *hipocrisia*, neste caso. Certamente esta questão mereceria uma análise mais extensa, dado o aumento do fenômeno da gravidez adolescente, consequência de uma maior liberalização do comportamento sexual sem a necessária informação e educação nesta área e sem o acesso adequado à contracepção.

Na pesquisa, foram estes os aspectos levantados. Entretanto, a literatura especializada aponta também outros fatores, além dos mencionados, que pesam fortemente na decisão das mulheres; entre estes, a pressão exercida pelo mercado de trabalho — de forma direta ou indireta — é dos mais significativos, demonstrando a contradição de uma sociedade que não oferece condições às mulheres dos setores mais carentes de criar seus filhos mas que, simultaneamente, criminaliza o aborto.

Manifestar uma atitude de compreensão e de flexibilidade, em face de um princípio que condena o aborto parece ser mais fácil, para as entrevistadas, quando se referem a outras mulheres; ao tocar sua própria experiência, o relato se torna bem mais complexo, expressando uma enorme dose de sofrimento e incluindo inevitavelmente — em maior ou menor grau — o sentimento de culpa. Mesmo assim, algumas das entrevistadas, ao viver a experiência de uma gravidez não-desejada e ao se confrontar com o desespero e a angústia que esta representa, chegaram quando menos a pensar na questão do aborto ou mesmo a fazer tentativas neste sentido. Ao recorrer a chás e ervas medicinais “para regular a menstruação” as católicas não constituem exceção a um costume largamente utilizado, nos meios populares; mas provavelmente o sentimento de culpa é muito maior levando, na maioria dos casos, a expressar o arrependimento posterior.

Muito mais difícil ainda é enfrentar a vivência concreta: das 26 mulheres entrevistadas, 4 declararam ter feito um aborto. Esta questão surgiu em meio aos outros temas levantados pela pesquisa e não foi possível dar-lhe um tratamento mais detalhado, inclusive pela própria metodologia utilizada, baseada em entrevistas grupais, neste contexto, revelar a própria vivência, sobre um tema tão controvertido — sobretudo em meios católicos — representou um desafio. Para três das mulheres que viveram esta realidade, foi uma experiência muito dura: eram todas mulheres casadas que, na época, já tinham 3 ou 4 filhos e que tinham certeza de não querer ter mais. Uma não quis falar a respeito, mas as outras duas relataram situações extremamente difíceis, em que realmente não viam outra alternativa, ao sentirem-se pressionadas simultaneamente pela falta de condições para ter outro filho, pela oposição do marido e pela impossibilidade de arcar sozi-

nhas com esta responsabilidade: *eu "tirei" porque foi a minha única solução. Foi ele que queria. Eu ia fazer o que? Só se eu largasse ele e fosse resolver o meu problema sozinha.*

Acrescentando ainda a este quadro a total ausência de espaços para discutir e tentar solucionar o problema de outra forma e, pelo menos em um caso, a falta de esclarecimento sobre o assunto, não é difícil compreender o verdadeiro drama que significaram estas três experiências, marcadas pela angústia, pela culpa, e, ao mesmo tempo, pelo sentimento de não ter outra coisa a fazer.

Já o quarto caso pareceu bastante atípico, tendo sido muito criticado, posteriormente, pelo grupo: tratava-se de uma mulher jovem, com um único filho, casada com um homem bem mais velho, e que explicitava claramente não querer mais filhos; já tinha feito dois abortos e se declarava disposta a fazer outros, se necessário, dadas suas circunstâncias de vida e, por outro lado, suas dificuldades pessoais com o uso de anticoncepcionais: *eu sei que é uma vida, mas aquela vida que eu ia dar eu não ia ter condições de criar.* Entretanto, mesmo aqui, parecia que o aborto não se colocava como a primeira solução, mas apenas quando os métodos anticoncepcionais falhassem.

Diante da complexidade destes casos, muitas das entrevistadas expressaram a idéia de que não se pode julgar, sobretudo quando não se tem uma alternativa melhor a oferecer ou, com mais razão, se não se tem possibilidade — ou disponibilidade — de colaborar efetivamente para solucionar o problema.

Aqui, sua prática aponta para uma questão que nos parece fundamental: não se pode assumir, abstratamente, uma posição contrária ao aborto sem oferecer às mulheres um espaço de diálogo e de esclarecimento que as ajude a tomar uma decisão em face de uma gravidez indesejada, e, mais que isso, sem abrir alternativas concretas de apoio que lhes permitam ter os filhos que quiserem, em caso contrário, condenar as mulheres que se vêem "forçadas" a abortar não seria uma atitude farisaica?

Esta questão nos remete também a outro aspecto básico: a realidade do aborto — somada à da contracepção — demonstra claramente o desejo das mulheres de controlar a própria fecundidade. Tal desejo constitui hoje uma posição praticamente consensual: é um dado da modernidade, já incorporado à atual realidade brasileira, frente ao qual as mulheres católicas não parecem constituir exceção.

Entretanto, os meios para este controle não se encontram igualmente disponíveis: para as mulheres dos setores populares, falta quase total de informação e educação sexual e a precariedade de acesso a uma assistência médica adequada dificultam — quando não impos-

sibilitam — a utilização da contracepção, levando a transformar o aborto em método anticoncepcional. Conhecer, compreender e, se possível atuar para transformar esta realidade são exigências que se colocam urgentemente para a(o)s cristã(o)s, se quiserem assumir “os sinais dos tempos” à luz da Fé, baixando de uma atitude “principista” para o enfrentamento das práticas concretas e dos desafios da vida cotidiana.

Nesta perspectiva, a experiência das mulheres das CEBs pode ajudar a abrir pistas, quando assumem uma atitude de compreensão em face da complexidade de uma realidade contraditória. Aí parece estar mais implícito o reconhecimento de que, em circunstâncias especialmente graves e difíceis, o aborto, sem deixar de ser uma decisão grave, poderia ser considerado a “menos má” das alternativas.

Isto não significa minimizar os problemas que tal decisão involucra, mas simplesmente reconhecer que, em um mundo marcado pela injustiça e pela crueldade, o aborto não é o único mal e que, na difícil escolha entre alternativas, todas elas negativas, poderia até mesmo constituir um “mal menor”. O valor fundamental que constitui o critério de discernimento é sempre a defesa da Vida. Esta defesa, entretanto, não se reduz exclusivamente a proteger a integridade de um processo biológico, mas leva em conta a Vida na sua totalidade e nas suas diferentes determinações e situações concretas. Isto significa reconhecer outros valores que aí estão involucrados, como a proteção da vida da mãe e dos filhos já existente e a importância não apenas de pro-criar, mas também de ter condições de criar o filho.

Toda esta gama de valores se encontra implícita no discurso das entrevistadas. Ao reconhecê-los como valores e como critérios de escolha não estariam as mulheres das CEBs — ainda que de forma inconsciente e não explicitamente formulada — vivenciando, no seu sentido mais autêntico a “defesa da Vida” e colaborando a repensá-la existencialmente, a partir da multiplicidade de situações, para além da enunciação de princípios gerais sem raízes com a Vida real das pessoas concretas?

Lúcia Ribeiro de Souza é mestra em Sociologia pela Facultad Latinoamericana de ciencias Sociales Flacso (1970). Atualmente coordena uma pesquisa sobre o comportamento reprodutivo entre mulheres católicas, no Núcleo de Pesquisa do Instituto de Estudos da Religião — ISER. Tem vários artigos publicados, sobre a temática da sexualidade e da reprodução, da condição feminina e dos movimentos sociais.

Endereço: Ladeira da Glória, 98 — 22211-120 Rio de Janeiro - RJ